

Madrid em 1931 e se começou a querer dar ares de potência independente e progressiva. Como notou um político espanhol, citado por Hipólito de la Torre, as potências democráticas ocidentais pareciam preferir estar rodeadas de «Bélgicas», governos dependentes e sensatos, como a ditadura de Primo de Rivera e a Ditadura Militar portuguesa, do que de democracias desesperadas para se porem em bicos de pés, convencidas de que a sua política externa tinha de ser o reflexo coerente das suas orientações progressistas internas (pp. 58-59). A impertinente insistência dos radicais portugueses em entrar na guerra em 1914 tinha sido uma boa lição para a Inglaterra. Ao contrário, Salazar, como notou César de Oliveira no caso da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), mesmo quando se comprometeu na vitória de Franco, esforçou-se sempre, no mínimo, por não embarçar Londres.<sup>16</sup> É quase certo que Salazar, apesar de alguns mal-entendidos, serviu muito melhor os ingleses, do que uma República radical e belicista, capaz de arrastar a Península para a guerra e a ocupação alemã. As conveniências estratégicas das democracias ocidentais foram outro trunfo das ditaduras ibéricas.

RUI RAMOS

---

<sup>16</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil*, cit., especialmente pp. 191-192, 201, 308, 332-335, 351-352. A questão é também tratada por António Telo na colectânea dirigida por Rosas: «As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)», op. cit., pp. 133-151. *desk 710C*

Robert Rowland, **População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX**, Oeiras, Celta Editora, 1997, 231 páginas.

Robert Rowland reúne neste volume os resultados de investigações que o têm ocupado nos últimos quinze anos. Este livro, a par de discussões mais conceptuais sobre demografia histórica e história da família, apresenta, a partir dos recenseamentos da população, uma caracterização minuciosa da diversidade regional dos padrões de nupcialidade e da estrutura dos agregados domésticos, respectivamente para o Portugal continental da segunda metade do século XIX e de 1960. Pretende, com este trabalho de caracterização estatística do continente português, contextualizar os microestudos e, em geral, as pesquisas localizadas de carácter monográfico, assim avaliando a sua representatividade e alcance.

#### 1. PERSPECTIVAS

No primeiro e breve capítulo, «Alcance e limitações da história da família», Rowland insiste no carácter necessariamente contextual e interdisciplinar de qualquer análise sobre a família. Partindo da importância, na antropologia, do estudo dos sistemas de parentesco, instituição fundamental na base da organização social das sociedades pré-industriais, interroga-se sobre os esquemas teóricos para a explicação de realidades sociológicas,

como a das sociedades modernas, nas quais a família não pode ser derivada logicamente das regras de parentesco, devido, nomeadamente, à autonomização social de outras esferas sistémicas da realidade, tais como os sistemas económicos ou políticos.

Dada a sua visão da família como realidade sistémica e funcionalmente determinada, a sua análise centra-se então no conceito de *household*/agregado doméstico enquanto unidade plurifuncional, na qual podem observar-se as interdependências funcionais entre o sistema de parentesco e os restantes sistemas sociais.

Fazendo uma brevíssima resenha da discussão conceptual sobre a evolução, no tempo e para as sociedades europeias, das estruturas predominantes de agregados domésticos — discussão que passou, *grosso modo*, pela ideia de que no passado os agregados domésticos seriam mais complexos, assim reflectindo uma natureza mais orgânica e plurifuncional dos sistemas de parentesco, em contraposição com a ideia de que no presente industrializado seriam nucleares e simples, *maxime* conjugais, e com pouca importância funcional —, Rowland salienta a importância dos estudos de demografia histórica (quantitativa) no desenvolvimento de uma história da família que reconstituiu a profunda não linearidade dos processos de mudança familiar.

Apresenta então dois dos contributos centrais para o desenvolvimento da história da família: o do método de «reconstituição das famílias» (as chamadas *fichas Henry* da histo-

riografia demográfica francesa, centradas na família conjugal biológica), o qual critica por não traduzir a realidade dos agregados domésticos, permitindo apenas a reconstituição das genealogias e a identificação dos indivíduos enquanto parentes; o do grupo de Cambridge, centrado na família enquanto grupo doméstico de co-residência e que viria a comprovar a predominância de agregados domésticos nucleares e simples para algumas zonas da Inglaterra pré-industrial.

Rowland propõe que apenas a combinação destes dois tipos de perspectiva poderia permitir uma análise concomitantemente mais vasta e pormenorizada, assim reconstituindo os âmbitos intra e inter-familiares, e, deste modo, as relações funcionais entre sistema familiar e outros sistemas sociais. Esta abordagem permitiria especificar os diferentes regimes demográficos de reprodução das populações.

O problema central que o preocupa é então o da dificuldade comparativa, devido nomeadamente à variabilidade dos contextos sociais em que se inscrevem funcionalmente as estruturas domésticas, pois a variedade destas últimas seria resultante das diferentes funções sociais (em teoria inumeráveis) dos agregados domésticos nesses diferentes contextos sócio-económicos e culturais.

Assim, e é esta a conclusão maior deste capítulo, a composição dos agregados domésticos, não podendo ser reduzida a regras dos sistemas de parentesco, tem então de ser explicada

em termos funcionais consoante o contexto social.

No segundo capítulo do livro, «Regime demográfico e sistema familiar», Rowland desenvolve as questões enunciadas no primeiro, sempre no quadro de uma articulação conceptual e disciplinar entre demografia histórica e história da família, pela via da ideia teoricamente central de «funções da família». Rowland coloca agora o seu olhar do lado da demografia histórica, passando em revista tanto a história da disciplina como as suas fontes, salientando a importância do papel da nupcialidade na determinação da dinâmica das populações no passado.

Ora, o reconhecimento do papel central da nupcialidade (particularmente de um regime de casamento feminino tardio como travão demográfico), no âmbito da problemática da transição demográfica, em consequência das pesquisas do demógrafo e estatístico inglês John Hajnal e subsequentes desenvolvimentos, é, neste capítulo, o cerne do percurso argumentativo de Rowland, ao desenvolver uma reflexão sobre os conceitos de «sistema familiar» e de «regime demográfico». É precisamente a partir da nupcialidade, num contexto de restrição do acesso ao casamento (e, logo, à fecundidade), que ambos os conceitos se articulam funcionalmente e estruturam uma determinada forma de reproduzir uma população.

O «sistema familiar» diz respeito, na definição do autor, às relações que se tecem entre indivíduos e gru-

pos em consequência das «funções» que a família (co-residente ou não) desempenha na organização social da reprodução. O conceito de «regime demográfico» é, por seu lado, definido como o conjunto de mecanismos sociais que organizam quer a reprodução biológica de uma dada população, quer as formas de reprodução dos recursos económicos, constituindo-se como reflexo das funções demográficas da família e, conseqüentemente, dos factores sócio-económicos que estruturam o sistema familiar. Reprodução económica e reprodução humana são, assim, consideradas duas realidades intrinsecamente articuladas no fenómeno global de reprodução de uma sociedade.

Se, nesta perspectiva funcionalista, uma das funções nucleares da família é servir de base para a reprodução biológica das populações, as modalidades de organização familiar seriam resultantes das funções da família face, prioritariamente, ao sistema de produção económica (tratar-se de uma sociedade camponesa, de uma sociedade proto-industrial ou industrial, etc.). Relação funcional que, por sua vez, condicionaria o tipo de reprodução biológica, traduzida no número de filhos que uma dada geração produz. Esta é, antes de mais, uma visão sistémica da organização familiar e da reprodução humana, que pressupõe relações de interdependência funcional entre três sistemas centrais: o familiar, o demográfico e o económico.

A proposta e desenvolvimento desta perspectiva teórica fundada na interdisciplinaridade e na ideia de interdependência funcional entre os vários sistemas sociais e que dá ao sistema familiar o lugar central de interface entre o regime demográfico e o sistema económico é, no nosso entender, a grande questão de Rowland (que, aliás, desenvolve nos estudos empíricos sobre o caso português), em função da qual deve entender-se toda a sua linha de argumentação.

Neste panorama, a discussão de Rowland, ao tentar perceber as formas de organização social da reprodução, desenvolve-se em torno dos limites cronológicos e espaciais impostos ao papel determinante da nupcialidade, uma vez que fora deste tipo de controle demográfico a possibilidade da interligação sistémica proposta perderia capacidade explicativa. Se a mortalidade é a responsável pelo controle populacional, então não poderiam imputar-se à família funções demográficas directas. Esta questão vem inserir na lógica do texto toda a problemática da transição demográfica do Antigo Regime para a idade moderna, nas suas mudanças e continuidades, trazendo à cena os contributos de autores como J. Hajnal, P. Chanu ou R. Smith.

Se, como Rowland demonstra, a cronologia da transição efectuada em torno da nupcialidade tardia como travão da fecundidade é variável e extensível tanto à Europa medieval como à moderna, os limites espaciais do modelo parecem, por seu lado, ser mais restritos e aplicarem-se sobretudo à Europa ocidental.

Rowland faz, assim, o confronto, no seguimento da perspectiva malthusiana de oposição entre travão positivo e travão preventivo, entre regime demográfico de alta pressão, estruturado pela mortalidade, e regime demográfico de baixa pressão, estruturado pela dinâmica da nupcialidade — conceitos desenvolvidos por historiadores e demógrafos do grupo de Cambridge na década de 60. Comprova, estabelecendo diferenças de acordo com esta dicotomia, que a história demográfica não pode ser interpretada segundo um único modelo, devendo antes dar conta da extrema variabilidade regional encontrada. Variabilidade esta que deve ser lida à luz da sua relação com o sistema familiar, cuja caracterização Rowland ancora nos trabalhos do grupo de Cambridge, com referência particular à tipologia de agregados domésticos (ligados a determinadas funções da família) desenvolvida sobretudo por P. Laslett.

Duas questões são ainda de salientar. A das modalidades de articulação sistémica entre demografia e família face à variabilidade dos contextos e a da evolução temporal do tipo de controle exercido sobre a fecundidade.

Em relação à primeira questão, Rowland sustenta que é com base numa abordagem contextual de inspiração sócio-antropológica, centrada nas funções dos agregados domésticos, que poderão analisar-se as relações entre comportamentos demográficos e estrutura social. Nesta caracterização o ponto de partida será

o modo como o sistema familiar, ou melhor, as suas funções demográficas relacionadas com a nupcialidade, produz regimes demográficos de alta ou de baixa pressão. Por conseguinte, esta seria a distinção fundamental a fazer à partida (entre regimes controlados através da nupcialidade e regimes controlados de outro modo), a par com a identificação do papel desempenhado pelo sistema familiar nestes processos.

Em relação à questão da fecundidade, Rowland parece sustentar uma dualidade peculiar, entre uma certa «naturalidade» societal do Antigo Regime demográfico e o individualismo estratégico da actualidade. Quer dizer, para o autor, em relação ao Antigo Regime demográfico, não há grande dificuldade em aceitar o princípio de uma racionalidade inconsciente ou uma espécie de mão invisível demográfica a controlar o crescimento da população, ao passo que quando o mecanismo de controlo passa a ser a limitação directa da fecundidade matrimonial estar-se-ia já face a processos decisórios que implicariam uma racionalidade individual.

## 2. O CASO PORTUGUÊS

No terceiro capítulo do seu livro, «Padrões de nupcialidade em Portugal», Rowland caracteriza a diversidade, para o continente português, dos padrões de nupcialidade na segunda metade do século XIX, análise possível devido ao censo inaugural de 1864 e também por, segundo afir-

ma, ser esse o último momento em que a nupcialidade tem importância decisiva na regulação do regime demográfico em Portugal.

De facto, como nos diz, John Hajnal demonstrou o papel central da nupcialidade na regulação dos sistemas demográficos, nomeadamente por via da regulação da fertilidade matrimonial, isto para populações que não praticassem qualquer controle desta última e que apresentassem determinados requisitos do ponto de vista dos comportamentos demográficos<sup>1</sup>.

Rowland, argumentando com a conhecida insuficiência dos estudos extensivos sobre a nupcialidade em Portugal, em termos das possibilidades de caracterização da diversidade regional e, nomeadamente, da confirmação ou não do hipotético contraste entre o Norte e o Sul do país, apresenta um extenso estudo estatístico, na senda de Hajnal. Mas a transposição do modelo de Hajnal apresenta problemas, pois, para uma análise da segunda metade do século XIX português, não podemos ignorar as elevadas taxas de mortalidade e de forte emigração masculina, bem como a irregularidade censitária de então.

---

<sup>1</sup>Essa população teria de ser estável nos cinquenta anos anteriores ao momento censitário, os comportamentos matrimoniais teriam de ser estáveis nos trinta e cinco anos anteriores ao censo e não poderiam ter-se verificado nem mortalidade nem movimentos migratórios entre os 15 e os 50 anos (o que, dada a irrealidade da condição, é substituível pela não existência de mortalidade e/ou migrações selectivas de solteiros).

Rowland efectua, assim, uma série de cálculos para revisão do método transversal de Hajnal, apresentando um método longitudinal, através do qual analisa a carreira matrimonial da geração nascida em 1849, abrangendo o período entre 1864 e 1899, e que lhe permite caracterizar sem distorções a nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX. Deste modo, para cada concelho do país apresenta estimativas, para homens e mulheres, da idade média de acesso ao casamento, de intensidade do matrimónio, de celibato definitivo e, apenas para homens, do saldo migratório masculino aos 50 anos. Efectua de seguida uma série de correlações que lhe permitem afirmar que o sistema matrimonial português na segunda metade do século XIX se estruturava da seguinte maneira: num primeiro plano, verifica que a idade média ao casamento e o celibato definitivo femininos correlacionam-se negativamente com a intensidade matrimonial e o saldo migratório masculinos, bem como a idade ao casamento e o celibato definitivo masculinos se correlacionam positivamente com a idade de acesso ao casamento feminino e com o saldo migratório masculino; num segundo plano, produto de uma matriz correlacional com a emigração diferencial masculina controlada, constata que a idade média masculina e a feminina se correlacionam entre si positivamente, tal como o celibato definitivo masculino e o feminino. Vinca, portanto, a importância da emigração diferencial de homens solteiros como

variável maior na estruturação da variação interconcelhia da nupcialidade na segunda metade do século XIX em Portugal continental.

No que diz respeito à distribuição regional da nupcialidade, encontra, assim, uma grande diversidade em comparação com o contexto europeu. Nalgumas zonas a norte do Tejo a nupcialidade é, em geral, restrita, mas as suas causas variam. Em áreas como o Noroeste encontramos níveis altos de emigração diferencial masculina, que desequilibram o mercado matrimonial e permitem a coexistência de uma nupcialidade intensa para os homens que não emigram com uma nupcialidade extremamente restrita para as mulheres. No interior do país o modelo de nupcialidade é menos restrito, nomeadamente porque se verificam níveis mais baixos de emigração diferencial masculina. Na Estremadura o grande mecanismo regulador da nupcialidade parece ser a própria idade de acesso ao casamento, aí encontrando um modelo de nupcialidade restrita baseada no acesso tardio ao casamento para ambos os sexos. No Alentejo e no Algarve, ambos de nupcialidade feminina bastante intensa, o mecanismo regulador por excelência parece ser o celibato definitivo.

Uma questão que então se levanta é a de saber qual a relação, em Portugal, entre padrões de nupcialidade e sistema familiar. Rowland questiona-se neste sentido, nomeadamente porque a distribuição regional da complexidade doméstica, que

análise no último capítulo deste livro, aponta para possibilidades de correlação entre os dois processos.

No último capítulo do livro, «A família portuguesa em 1960: forma e contexto», Rowland analisa o sistema familiar, partindo do esquema teórico do grupo de Cambridge para a classificação dos agregados domésticos. Com esta análise pretende caracterizar regionalmente o peso relativo dos diferentes tipos de estruturas domésticas<sup>2</sup> e articular explicativamente essas diferentes organizações estruturais da co-residência com variáveis centrais do sistema económico. É assim ao sistema económico que dá o estatuto de sistema funcionalmente determinante da organização familiar<sup>3</sup>.

Do ponto de vista da caracterização regional, Rowland dá sobretudo

---

<sup>2</sup> Os agregados solitários (categoria I de Cambridge) correspondem, como o nome indica, a agregados compostos por uma única pessoa; os agregados não conjugais (categoria II) dizem respeito à co-residência de pessoas sem vínculo conjugal ou parental; os agregados simples (categoria III) são constituídos por casais com filhos ou sem filhos e núcleos monoparentais sem outros co-residentes; os agregados complexos são a soma dos agregados alargados (categoria IV), compostos por um núcleo conjugal e/ou parental e outros co-residentes, e múltiplos (categoria V), compostos por dois ou mais núcleos de casal com ou sem filhos ou monoparentais.

<sup>3</sup> As variáveis inerentes ao sistema demográfico, *maxime* a nupcialidade, não são utilizadas, uma vez que o autor considera que a difusão, em 1960, dos métodos de controle da fecundidade retirara à nupcialidade o seu papel regulador da dinâmica demográfica.

conta das diferenças entre os distritos do Noroeste (Minho e parte da Beira) e os distritos alentejanos. Nos primeiros as proporções de agregados familiares simples situam-se abaixo de 70%, enquanto as de agregados complexos se situam entre 15% e 21%. Nos segundos a proporção de complexidade doméstica é bastante mais reduzida (entre 9% e 11%) e a de agregados simples apresenta-se sempre acima de 75%. A abordagem de Rowland parte então, no contexto de toda a produção teórica sobre esta matéria, da ideia de uma oposição entre o Norte e o Sul relativamente ao sistema familiar predominante, ideia que o autor procura confirmar e explicar.

A conclusão geral do autor, para explicar a variação das estruturas familiares, reside essencialmente «no grau de subordinação do tecido económico à lógica de mercado e na medida em que essa subordinação permita a estruturação de relações sociais e familiares em torno de um princípio alternativo, o da lógica da casa» (p. XVI). Contudo, parece-nos haver outra conclusão fundamental, a da pluralidade causal na estruturação de determinados modelos de domesticidade.

O autor, tratando os tipos de agregados como variáveis dependentes, vai estabelecer um modelo explicativo assente em três dimensões principais: o tipo de regime de economia agrária, em que procura sobretudo medir os efeitos da economia camponesa sobre as estruturas

domésticas, a dicotomia rural/urbano e os comportamentos migratórios.

Seguidamente, observa a correlação, em dois registos espaciais, destas variáveis económico-sociais com as estruturas domésticas. Primeiro, ao nível global do continente e, depois, em cinco regiões: Minho, Norte Interior, Beiras, Estremadura/Ribatejo e Sul. Ora, uma vez que, em cada região, os vectores explicativos do modelo de Rowland assumem pesos diferenciados ao actuarem sobre as estruturas familiares, chega a uma configuração de seis modelos diferentes. Um para cada região e outro para o continente na sua globalidade, já que o encontrado a este nível não se reproduz em nenhuma das cinco regiões.

Esta diversidade regional continua, como conclui Rowland, a dividir o país a meio, mais ou menos de acordo com a hipótese da oposição Norte-Sul. Esta divisão assenta na importância, para as três regiões do Norte, da oposição entre trabalho independente e assalariado e na relevância, nas regiões do Centro e Sul, da oposição entre a cidade e o campo, reflectindo-se nas estruturas familiares o contraste entre concelhos rurais e urbanos. Estes resultados indiciam, segundo Rowland, uma diferenciação em termos de estruturas produtivas. No Centro e Sul, dada a maior generalização do trabalho assalariado, o trabalho independente (na agricultura ou noutros sectores) não encontrava espaço social para a estruturação da organização domésti-

ca. Pelo contrário, no Norte a coexistência do trabalho assalariado com outras formas económicas, designadamente a camponesa, dá ao trabalho independente um papel agenciador na distribuição dos agregados domésticos por tipos estruturais.

No que respeita à complexidade doméstica, elemento teoricamente central na análise de Rowland, esta parece associar-se mais às lógicas encontradas a norte do que a sul. E, a Norte, mais no Minho do que noutras regiões. O ponto-chave parece ser a associação entre propriedade da terra e agricultura familiar, traços que vinculam o carácter camponês da produção agrícola. Aliás, é de facto na região do Minho e áreas limítrofes que se encontram (à excepção da região de Lisboa) os grandes números da complexidade nos anos 60. A centro e sul é de notar que o principal factor a actuar sobre a complexidade dos agregados é o maior ou menor peso da população masculina a trabalhar na agricultura. Quanto maior a população agrícola, menor a complexidade, e inversamente. Esta dimensão positivamente actuante da urbanidade sobre a complexidade seria então um fenómeno que, regionalizado mais a sul, se contraporiria à força da ruralidade camponesa mais a norte, força essa que esbateria, inclusivamente, as fronteiras entre espaço rural e urbano.

Se as estruturas domésticas se correlacionam com dimensões económicas e sociais, esta associação pauta-se

pela diversidade e pela regionalização das interacções explicativas relevantes, pelo menos do ponto de vista da relevância estatística, o que fica bem demonstrado pelo exaustivo trabalho quantitativo deste livro. De qualquer modo, há, neste início da década de 60, considerado por Rowland um momento-chave para captar uma sociedade portuguesa ainda não demasiado afectada pelos movimentos transformativos que se viveriam nos anos seguintes, um papel desempenhado pela actividade agrícola, ou não fosse o Portugal de então uma sociedade marcadamente ruralizada.

### 3. QUESTÕES

Este trabalho de Robert Rowland, não obstante a difícil leitura de algumas secções, assume-se, portanto, como obra central para qualquer futura discussão que procure fazer a ponte entre demografia e família ou qualquer pesquisa empírica sobre fenómenos como a nupcialidade ou as estruturas domésticas.

A pesquisa de Rowland sobre este último tema constitui, em nossa opinião, a grande mais-valia deste livro não só pela sua contemporaneidade — os anos 60 —, como também pela capacidade descritiva e explicativa apresentada, ao demonstrar a interacção entre variáveis do sistema familiar e variáveis sócio-económicas. Se Rowland se tivesse quedado apenas pelo mapeamento regional das diferentes estruturas domésticas, teria

sido já um contributo central, pelo que a construção de um modelo de análise realmente heurístico e a um nível extensivo balizará com certeza todas as pesquisas futuras sobre este tema.

Tal mais-valia permanece apesar de coexistir com o que consideramos serem algumas limitações do quadro conceptual de Rowland, assente numa base claramente funcionalista e de uma dicotomização excessiva entre comportamentos individuais e estruturas sociais. Esta perspectiva dificulta uma visão contínua da temporalidade, criando barreiras entre o que apresenta como um passado colectivista e auto-estruturado, supostamente só entendível através de metodologias holísticas, e um presente de racionalidade estratégica individual, cuja compreensão passaria pela análise das consciências individuais. Veja-se, neste sentido, o modo como o autor contrapõe a fecundidade auto-regulada do Antigo Regime à fecundidade absolutamente produzida por estratégias individuais da actualidade. Visão que contribui para criar uma certa ausência de pontes entre «indivíduo e sociedade» —aliás dicotomia clássica em ciências sociais e cuja superação tem sido objecto dos contributos teóricos mais importantes da actualidade —, vindo dificultar o entendimento do carácter concomitantemente estruturado e estruturante das práticas sociais de agentes sociais concretos.

PEDRO VASCONCELOS  
SOFIA ABOIM INGLEZ